

Estudos da Língua(gem)

Estudos em Análise de Discurso

Análises sobre o discurso do politicamente correto: inquietações e provocações

Analyses sur le discours du politiquement correct:
inquiétations et provocations

Thiago Alves França*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB- BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE- BRASIL

Evandra Grigoletto*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE - BRASIL

RESUMO

A partir da Análise de Discurso com filiação em Michel Pêcheux, refletimos sobre o Politicamente Correto (PC), tomando como *corpus* um vídeo disponível no “Youtube” e alguns comentários associados a ele. Essas formulações entendem ser equivocado dizer “homossexualismo”, advogando a preferência pela palavra “homossexualidade”. Entendemos que o *corpus* materializa o Discurso do Politicamente Correto e, acerca dele, apontamos alguns “esquecimentos” sem os quais esse discurso não poderia ser formulado/defendido. Em nossa reflexão, pudemos tanto mostrar a pertinência de algumas teses da AD, quanto a necessidade de se olhar com mais atenção para o PC, inclusive para repensar o nosso modo de fazer análise.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. Politicamente correto. Discurso do Politicamente Correto. Homossexualismo. Homossexualidade.

* Sobre a autora ver páginas 95-96.

RÉSUMÉ

Dans l'optique de l'Analyse de Discours issue de Michel Pêcheux, nous proposons une réflexion sur le Politiquement Correct (PC) dans les formulations de notre corpus constitué d'une vidéo "Youtube" et des commentaires sur cette vidéo. Ces formulations réjetent le mot "homosexualisme", en préférant utiliser le mot "homosexualité". Nous comprenons que ce corpus matérialise le Discours du Politiquement Correct sur lequel nous avons identifié quelques "oublis" qui sont fondamentaux pour la formulation/soutenance de ce discours. D'après notre réflexion, nous avons pu montrer non seulement la pertinence de quelques thèses de l'AD, mais aussi l'importance d'observer attentivement le PC, ce qui permet de repenser notre mode d'analyse.

MOTS-CLÉS: *Analyse de Discours. Politiquement Correct. Discours du Politiquement Correct. Homosexualisme. Homosexualité*

1 Considerações iniciais

Este artigo é um exercício de reelaboração e reflexão a partir de um texto anterior, apresentado durante o VII Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), no Simpósio VIII, “Metáfora, paráfrase, polissemia”. Neste novo esforço, agora a quatro mãos, pretendemos melhor discutir o que foi apenas apontado durante aquele evento, detalhando tanto elementos da análise quanto algumas inquietações teóricas que, desde lá e mesmo antes, nos acompanham.

Como poderá ser visto, embora recorramos também a outros teóricos, é na Análise de Discurso pecheutiana (a partir de agora, AD) que “fincamos” pé, de modo que nosso olhar, mesmo no diálogo com outros teóricos, traz a marca das discussões e (des)construções propostas por Michel Pêcheux. É nesse espírito de inacabamento e inconformidade, inclusive, que debateremos alguns aspectos teóricos, como o leitor (e/ou a leitora!) verá adiante.

Este texto, na esteira do que fizeram Borges (1996) e Possenti (2004), desenvolve uma reflexão que aproxima a AD de uma discussão acerca do movimento Politicamente Correto (doravante, PC). O que apresentaremos, aqui, são também resultados de algumas reflexões sobre como esse movimento e seus desdobramentos têm sido lidos por nós à luz da AD.

O material que selecionamos para análise, e que constituímos como nosso *corpus* de trabalho, consiste em um vídeo disponível no “Youtube”, seguido de alguns comentários produzidos a partir dele. Não selecionamos

todos os comentários; elencamos apenas 09 formulações que apresentam uma certa “característica”, uma certa “repetibilidade”, e que nos servem para a direção para a qual apontamos neste texto.

No vídeo a que nos referimos, postado em 08 de março de 2012, com duração de 4 minutos e 36 segundos, a cantora gospel Fernanda Brum, em uma entrevista concedida à UOL, responde a uma expectadora sobre um clipe seu, o “Cura-me”. A pergunta, transcrita *ipsis litteris*, foi a seguinte: “Fernanda, no clipe ‘Cura-me’, tanto o personagem quanto aquele que representou o personagem deixaram o homossexualismo. Isso é normal em seus clipes, ou foi somente no ‘Cura-me?’”. Em resposta, ela explica que o clipe foi uma homenagem a um ator homossexual que a teria procurando dentro do avião, relatando o sofrimento que sentia quando, no espetáculo em que atuava, tinha de interpretar uma *drag queen*, e que chorava a cada vez que precisava “desmontar” o personagem. Esta cena do desmonte da *drag* é recriada no clipe.

Fernanda Brum, contando a história da concepção do clipe, entre outras coisas, por duas vezes, refere-se às práticas e aos desejos dos homossexuais como “homossexualismo”. Muitos comentadores também designam da mesma maneira, o que gera alguns posicionamentos contrários, que funcionam, sobretudo, como respostas na tentativa de corrigir o termo “homossexualismo”, sugerindo ou exigindo a substituição por um outro, compreendido como adequado, como correto, como o único possível, que seria “homossexualidade”. É esse funcionamento “ortopédico”, que é característico do Discurso do Politicamente Correto (DPC), que vai ser visto nas formulações que selecionamos. Antes de apresentá-las, porém, achamos necessário falar um pouco sobre esse movimento, o PC.

2 Breves considerações sobre o movimento do Politicamente Correto

Para começar este tópico, vamos retomar brevemente a apresentação que Semprini (1999) faz do PC. Ela afirma que a expressão “politicamente correto” é emprestada de um jargão stalinista da década de 50, e que dizia sobre a irrestrita obediência política. De acordo com a autora, a resistência à expressão PC é devida, inclusive, à associação a Stalin, o que nos diz sobre a memória de uma expressão, que traz algumas marcas das condições em que foi enunciada.

Rajagopalan (2000) comenta sobre a tendência em se negar o PC, inclusive entre aqueles que, sabedores ou não, utilizam, em determinados

momentos, de uma linguagem dita politicamente correta. Não se encontram muitos defensores, ele observa, enquanto as críticas vêm de todos os lados. Em sua discussão, o linguista cita Luiz Soares, que fez um levantamento de “diferentes” interpretações que o PC pode ter. Vejamos:

Os sentidos do “politicamente correto”, segundo o público brasileiro elitizado, oscilariam entre posições dos seguintes tipos: (1) “trata-se de manifestação do histerismo fanático norte-americano, que castra o humor, mata a espontaneidade humana e disciplina todas as relações interpessoais”; (2) “trata-se de manifestação de intolerância de inspiração puritana e conservadora, que enseja a produção de identidades sociais artificialmente depuradas de qualquer carga de ambivalência, expressando uma cultura fortemente racionalista e autoritária; (3) “trata-se do nome dado a uma pretensão equivocada e perigosa, no limite totalitária, de definir uma gramática unívoca do comportamento socialmente aceitável” (SOARES, 1999, p. 220 apud RAJAGOPALAN, 2000, s.p).

Não temos pretensão de sermos extensos nos comentários a partir do levantamento de Soares; queremos apenas destacar que, nas três interpretações, há uma resistência ao PC, de modo que sua negativização, na citação acima, é generalizada. De histeria a totalitarismo, parece consensual, como designa Rajagopalan (2000), um certo “ódio” ao PC.

Embora o totalitarismo seja apontado na citação anterior, Semprini (1999) compreende que, na prática, o PC não traz nada ou traz muito pouco de uma vinculação ao stalinismo.

Sua preocupação essencial é evitar que a sensibilidade ou a autoestima dos diferentes grupos sociais, minorias ou indivíduos possam ser ofendidas ou humilhadas por conversas, atitudes ou comportamentos inconvenientes, de modo a induzir ou reforçar na pessoa em questão uma visão desvalorizada ou culpabilizante dela mesma (SEMPRINI, 1999, p. 62).

Trata-se de um movimento, parece-nos, bem-intencionado. Mas também lembramos do que dizem sobre os de boa intenção... No plano da linguagem, o PC pode ser entendido pelos seus defensores como uma tentativa benfazeja de purificação da língua, por meio da substituição de alguns termos e

expressões por outros, compreendidos como “mais neutros”. A preocupação essencial do movimento é denunciar situações materializadas em enunciados por meio dos quais pessoas, grupos ou classes são alvo de discriminação (BORGES, 1996).

Semprini (1999) observa que, para o PC, não se trata apenas de subtrair elementos, mas também de acrescentar termos, sejam novos ou em outras funções, com o mesmo intuito de valorizar alguns indivíduos. Ela cita o exemplo, associando-o a uma reivindicação feminista, do uso, agora corrente, do feminino e do masculino em frases em que o sexo não está revelado. Acreditamos que essa demanda pulverizada pelo PC resultou na adoção de certos “comportamentos”, em maior ou menor grau, por muitos de nós, por exemplo, quando redigimos uma atividade e, no espaço destinado ao nome do estudante, grafamos “Aluno (a)”; ou quando, no início de uma fala pública, saudamos a “todos e todas”, entre outras formas.

Apesar de não ser consensual dizer onde e nem quando surgiu, costuma-se afirmar que o PC ganhou fôlego nos Estados Unidos na década de 60. É, no mínimo, curioso que o PC tenha sido fortalecido justamente em um país no qual, conforme Soto (2015), mas também Luna e Santos (2014) e Brugger (2007), se costuma, a alto custo, defender a liberdade de expressão como fulcral princípio democrático, em detrimento do princípio da dignidade humana, por exemplo. Isso nos diz algo sobre as condições de produção que auxiliam na compreensão da irrupção de discursos, e que podem, no caso estadunidense, apontar para algum foco de resistência a uma liberdade de expressão “ilimitada”.

O PC foi institucionalizado, naquele país, segundo Cabrera (2012), no governo de Bill Clinton, espalhando-se e tornando-se um movimento “globalizado”. Ainda conforme a autora, espraiando-se entre países lusófonos, como Portugal, o PC se atualizou na adequação das designações de profissões; por exemplo, os antes chamados “carteiros” passaram a ser nomeados por “técnicos de distribuição postal”. No Brasil, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, os lixeiros tornaram-se “coletores de lixo domiciliar”; os desempregados, “disponíveis para o mercado de trabalho” (CABRERA, 2012) etc, o que nos aponta, sobretudo, para um movimento de eufemização.

Ainda sobre o PC em nosso país, durante o primeiro mandato do presidente Lula, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, no ano de 2004, lançou a cartilha “Politicamente Correto e Direitos Humanos”. O material apresenta alguns verbetes que deveriam ser, conforme a lógica do PC, evitados, e ilustra algumas expressões “alternativas” e preferenciais. No ano de 2005,

porém, por rejeição e pela suspeita de autoritarismo, a cartilha foi retirada de circulação (CABRERA, 2012), o que ilustra a contradição que envolve e atravessa o movimento.

Entre expressões e palavras que devem ser evitadas, conforme orientação da cartilha, a exemplo de “a coisa ficou preta”, “baianada”, “crioulo”, “deficiente”, “judiar” etc, figura a palavra “homossexualismo”. Segundo Queiroz (2004), que assume a autoria da cartilha,

o primeiro termo [homossexualidade] descreve essa condição de forma neutra, enquanto o segundo, [homossexualismo] equivocado, tem uma forte carga pejorativa ligada à crença de que a orientação homossexual seria uma doença, uma ideologia ou um movimento político que as pessoas aderem de maneira voluntária (QUEIROZ, 2004, s. p).

3 O *corpus* e algumas análises

A orientação, dada na cartilha, sobre a substituição de “homossexualismo” por “homossexualidade” foi (re)produzida em alguns comentários no vídeo com a entrevista de Fernanda Brum. Seleccionamos, como dissemos antes, 09 formulações e as organizamos em uma rede de formulação-reformulação¹ (COURTINE, 1981), cuja matriz de sentido é a censura ao termo “homossexualismo”.

Alteramos o nome dos usuários a fim de evitar sua identificação. Mantivemos, porém, algumas informações sobre, por exemplo, quando a postagem ocorreu (a coleta foi feita em 2015) e em relação, no caso da formulação 05, a que outro enunciado o comentário explicitamente remete; os demais se referem diretamente ao vídeo ou, no caso de 09, não explicita a que outro comentário pretendia responder.

¹ Courtine ([1981] 2009) considera essencial que a análise de uma FD distinga o nível do Enunciado ([E]) do nível da formulação ([e]). Por [E], o autor compreende os elementos que são próprios a uma FD, que funcionam como uma regra de formação, “que governam a repetibilidade no seio de uma rede de formulações (grafado R[e])” (COURTINE, [1981] 2009, p. 100). O autor define [e] como uma sequência linguística que funciona como uma “reformulação possível de [E] no seio de R[e]” (2009, p. 101). Em uma R[e], [E] corresponde ao eixo vertical que atravessa toda a série; [e] é a linearização, a forma horizontalizada de [E], que ocorre quando um sujeito enunciativo, identificado com o saber de uma dada FD, chega a enunciar. Destaca que é, a partir do agrupamento de formulações, isto é, da composição da rede, que se torna possível “levantar elementos do saber próprio a uma FD” (COURTINE, [1981] 2009, p. 101)

- (01) Usuário1 2 anos atrás: **NÃO É HOMOSSEXUALISMO, É HOMOSSEXUALIDADE.**
- (02) Usuário2 2 anos atrás: **Claro que ela é homofóbica!! não existe ex-gay e [nem] homossexualismo!!**
- (03) Usuário3 2 anos atrás: **Não existe a palavra homossexualismo, e sim homossexualidade.**
- (04) Usuário4 2 anos atrás: **HOMOSSEXUALIDADE. Pare de falar besteira,** Fernanda Brum.
- (05) Usuário5 2 anos atrás em resposta a UsuárioX: 'Dá pra mudar "homossexualismo"?(aliás,é **HOMOSSEXUALIDADE,ok? -Esse "ismo" parte de gente q acha q isso é doença...como vc [...]**
- (06) Usuário6 1 ano atrás: **O termo correto é homossexualidade.**
- (07) Usuário7 1 ano atrás: **HOMOSEXUALIDADE... não é homossexualismo.. [...]**
- (08) Usuário8 1 ano atrás: Na bíblia, Deus repudia 4x mais comer camarão do que a homossexuali**DADE.**
- (09) Usuário9 5 meses atrás: [...] vc é bitolado, **nem [se] usa mais o termo homossexualismo** e só por este pequeno fato eu posso te processar! **O sufixo (ISMO) significa doença,** e ser gay não é doença. [...] P.S. **NÃO FIQUE USANDO O TERMO HOMOSSEXUALISMO, PORQUE VC PODE GANHAR UM LINDO PROCESSO.**

Na rede, atravessando verticalmente cada formulação, podem ser vistas formas de censurar o uso do termo “homossexualismo”; é por essa característica, inclusive, que a rede foi composta, e é assim que ela pode ser tomada como rede de formulação. Esse gesto que produz uma rede, que organiza as formulações em série, deve muito à compreensão de que toda sequência linguística, sendo ambígua, sendo opaca, só pode ser lida em referência a outros enunciados; assim, a rede se incumbe parcialmente de mostrar essa relação. Um enunciado por outro: eis a visada metafórica.

A rede, porém, é também de reformulação, porque não há só repetição, uma vez que o que há de comum nas formulações não deixa de conviver com o que elas têm de singular, e que se materializa quando ocorre a horizontalização do princípio geral – Courtine (1981) chama de “enunciado” – que regula a rede,

isto é, quando se dá sua reformulação. É precisamente assim, montando uma rede, gesto que se apoia no que há de parafrástico nas formulações, mas nos esforçando para olhar a singularidade de cada formulação, que nos aproximamos do alerta dado por Pêcheux (1983a) para que os procedimentos do analista não substituam o que há de “singular” na formulação, cedendo ao peso incorporador e homogeneizante da rede.

Pensando nas formulações, no que elas têm de específico, acreditamos que a forma mais explícita do DPC se dá na formulação 06, onde se diz que o “termo correto é homossexualidade”. Dizendo que um é correto, diz-se o oposto do outro: o nome “homossexualismo” é incorreto. É um trabalho de correção, e é por ser “correto” dizer assim e não de outra forma, que se deve dizer “homossexualidade”. Há uma naturalização do que significa ser “correto”, como se fosse óbvio. Assim, assistimos à Ideologia cumprindo seu papel mais característico: produzir evidências.

Pensando no gesto de exclusão que o PC propõe – entendendo que advogar pela supressão de termos e expressões “ruins” corresponde ao principal foco das críticas que o movimento recebe –, notamos, de antemão, a tese de que algumas palavras, ou expressões, ou enunciados etc são disparadores de preconceito, porque, por si, podem ofender e humilhar. Essa tese se sustenta na ideia de que há uma cristalização de alguns sentidos na “palavra”, de modo que ela, a “palavra”, encapsula o preconceito, liberando-o quando formulada. Em nosso *corpus*, essa palavra-bomba, capaz de disparar a intolerância no exato momento em que é pronunciada, é “homossexualismo”, conforme o DPC.

Essa tese que fareja a cristalização de sentidos, no entanto, não nos parece inadequada em sua inteireza, mesmo levando em conta pressupostos da AD, porque, afinal, formulamos acerca de sentidos dominantes, de Formações Discursivas dominantes, o que nos aponta para uma forma de dizer em que alguns sentidos se mostram como naturalizados, como evidentes. Esse é o trabalho da ideologia.

Falamos em naturalização, aqui, porque é também no que se apoia a ideia de que se pode excluir determinado termo que, naturalmente, reproduz o preconceito. A naturalização é um processo de produção do óbvio, do que não poderia ser de outra forma que não exatamente assim. O que nos parece problemático, é que, enquanto, na AD, pensamos em um “efeito de cristalização”, em um “efeito de evidência”, que camufla o aspecto polêmico do sentido – e que é tarefa do analista de discurso explicitar –, parece que o PC simplesmente desconhece a polêmica, a contradição, o deslizamento de sentido.

E nos parece que estar alheio a isso é fundamental para a própria existência do DPC.

Acreditar que uma palavra é incorreta por si mesma e que sua supressão ou substituição por uma outra, supostamente livre de estigma (ou livre de ideologia), resolveria casos de preconceito, por exemplo, é negar o caráter material do sentido, desconsiderar a discursividade, o fato de que a língua significa porque se inscreve na História (PÊCHEUX, 1982). Esse é um esquecimento necessário para a formulação do DPC, e dizemos “necessário” porque, sem esse esquecimento, o DPC é irrealizável. Parece oportuno observar que um discurso não é, portanto, apenas aquilo que se seleciona do dizível e que se “concretiza” linguisticamente. Todo discurso é composto, na mesma medida, por aquilo que “sobra” da seleção, pelo que se esquece e que acaba por definir as suas porosas margens, que são seus limites e fronteiras. Há, assim, sempre, não exatamente um retorno do esquecido, mas uma ausência sempre presente que existe e insiste produzindo efeitos.

Na formulação 01, a censura em relação à palavra se materializa, destacadamente, em caixa alta: não se diz “HOMOSSEXUALISMO”, mas “HOMOSSEXUALIDADE”. Para compreender melhor o autoritarismo atualizado nessa formulação, usaremos a parafraseagem: ao dizer “não se diz”, diz-se também “não se deve dizer”, e, portanto, “não diga”.

Em 02 e 03, afirma-se que “homossexualismo” não existe. Na segunda formulação, se explicita que o que não existe é a palavra. Mas é claro que existe, sim, e os comentadores-autores de 02 e 03 sabem disso, ou não poderiam defender a sua proscricção. Nestas formulações, dizer que não existe atualiza o desejo (ou a necessidade, segundo o DPC) pela supressão.

Na segunda formulação, há ainda um aspecto a que iremos retornar adiante, que é a designação ou reconhecimento de Fernanda Brum como homofóbica. Não dissemos antes, mas, na entrevista, por mais de uma vez, ela afirma que não é homofóbica, antecipando uma interpretação que é possível, como se nota na formulação 02, tentando, com a negação antecipada, contornar tal interpretação, evitando-a. Uma tentativa de controlar o sentido por meio da antecipação do que o outro pode pensar; um jogo de formações imaginárias que é, como afirma Pêcheux (1969), característico de todo processo discursivo.

Em 04 e em 07, corrige-se o que se considera como erro, destacando, com caixa alta, a designação adequada: “HOMOSSEXUALIDADE”. Dizer em caixa alta, além de uma tentativa gráfica de representar uma possível elevação

do tom de voz, é, sobretudo, um gesto para dar ênfase ao que é mais relevante naquele enunciado. A correção está em foco.

Na quarta formulação, dizer “homossexualismo” implica incorrer em erro e, por isso, significa “dizer besteira”. A presença do termo acaba, segundo a leitura que se faz, sendo útil à desqualificação de toda a enunciação. “Não levemos em consideração o que ela faz; ela só diz besteira”. Na sétima formulação, o destaque é seguido da negação explícita do termo oposto (não é homossexualismo).

Em 08, usando o mesmo recurso de relevo com caixa alta, destaca-se a correção do sufixo, diferenciando-o da raiz da palavra (homossexualiDADA em substituição ao “ISMO”). Observamos também, nessa formulação, que, ao fazer referência à Bíblia e a Deus, o internauta responde, de alguma forma, ao que enuncia Fernanda Brum, que se utiliza da palavra de Deus para negar a homossexualidade². Quando afirma que “Deus repudia mais comer camarão do que a homossexualidade”, produz um efeito de sentido de que a censura às práticas homossexuais não é uma questão nevrálgica, nem mesmo para Deus. A produção desse efeito de sentido desautoriza, deslegitima o dizer de Fernanda Brum, que fala do lugar de evangélica, ou seja, de alguém que representa os preceitos cristãos, para os quais não é possível aceitar a prática, seja da homossexualidade ou homossexualismo, como algo da ordem da normalidade.

As formulações 05 e 09, destacando o sufixo já observado na oitava formulação, negam o uso do termo “homossexualismo”, justificando a negação: o “ismo”, segundo esses enunciados, atualiza uma associação entre os homossexuais e uma sexualidade supostamente patológica. Essa associação, indevida segundo o que se discursiviza nas duas formulações, argumenta a favor da eleição de “homossexualidade” como a palavra correta.

A naturalização do erro carregado pelo vocábulo agora é mais especializada, porque não se trata da palavra inteira, mas de um constituinte, o sufixo. Naturaliza-se, então, que o sufixo é que causa problema, porque significa doença. Constrói-se assim a evidência do que significa “ismo”, que diria sobre o vício, sobre o desequilíbrio, constatação que poderia ser defendida caso pensássemos em “alcoolismo”, “tabagismo”, “fetichismo”, por exemplo, mas que seria posta em dúvida, caso o levantamento linguístico contemplasse outras palavras cujo processo formador se dá também via derivação sufixal: romantismo, catolicismo, capitalismo, regionalismo, rotacismo, atletismo, saudosismo etc.

² Analisaremos, adiante, essa posição de Fernanda Brum no vídeo.

Parece-nos possível dizer que o “acesso” ao nível do enunciado (COURTINE, [1981] 2009), esse eixo de memória onde os sujeitos se identificam com determinados saberes/sentidos para, a partir desse movimento, formular as diferentes paráfrases, está também regulado pela Formação Discursiva (FD) no interior da qual o sujeito do discurso se engendra. É também assim que ela, a FD, regula o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX; FUCHS, 1975; PÊCHEUX, 1975), porque regula o acesso ao interdiscurso, apresentando-nos a possibilidade, sempre ideologicamente delimitada, de uma região da memória.

Com isso, destacamos que o sufixo, a palavra e o enunciado não são óbvios, o que não significa que não haja ou que não possa haver uma reatualização de um certo modo de olhar para o homossexual como portador de um desequilíbrio na ordem da sexualidade a cada vez que alguém enuncia “homossexualismo”. Todavia, defender a necessidade de que se note a opacidade das formulações não nos impede de perceber, que, por exemplo, a flutuação a que hoje ainda assistimos entre os sufixos “ismo” e “dade”, quando da referência a uma sexualidade homossexual, é incomparavelmente maior do que uma flutuação que pode ter existido entre “heterossexualismo” e “heterossexualidade”, ainda que esse não seja, necessariamente, um funcionamento regular. Essa disputa pela designação em um caso e não em outro nos aponta que, embora se assista na arena das palavras, a raiz da questão não é linguística, não apenas.

Em 09, potencializando o funcionamento censório do PC – “na medida em que faz uso da pressão social para enquadrar, em posição de opróbrio, os que incorrem em atitudes atentatórias ao que se autolegitima como politicamente correto” (BORGES, 1996, p. 109) – chega-se a dizer que o uso insistente da palavra proibida (homossexualismo) pode render processos contra o enunciador (VC PODE GANHAR UM LINDO PROCESSO).

Olhando para as formulações da rede, e insistindo no fato de que ela reproduz uma possibilidade de realização do DPC, é possível dizer que, no que diz respeito à linguagem, o PC esquece-se do caráter material do significado. É interessante, porém, observar que o funcionamento ocorre de modo que o comentador – sobretudo nas formulações 05 e 09 – percebe-lembra que o termo “homossexualismo” é (porque assim o considera) historicamente equivocado, o que sugere uma compreensão de que as palavras significam na sua inscrição histórica, pela evocação mnemônica que provocam, mas repete a ilusão da objetividade e a-historicidade da língua quando compreende que se resolve a questão lida como problemática apenas com a substituição de um

termo pelo outro (parece-nos um exemplo do que Pêcheux e Fuchs, em 1975, chamaram de Esquecimento nº 2). Essa substituição é justamente uma tentativa de higienização linguístico-discursiva, uma prática comum e talvez a mais característica do PC, como dissemos, que se sustenta na ilusão de literalidade, e que pode ser, na série que montamos, assim sumarizada: é correto (desejável, respeitoso, legal etc) dizer “homossexualidade”; é incorreto (indesejável, desrespeitoso, ilegal etc) dizer “homossexualismo”.

Essas respostas-correções, coletadas como realizações do gênero comentário, materializando o DPC, são pensadas, aqui, como gestos de leitura realizados a partir de um outro lugar, diferente daquele com o qual se identifica Fernanda Brum, por exemplo, e representam, no plano do discurso, tomadas de posição em relação a determinado termo-sentido, pondo-o(s) em questão e, no caso, rejeitando-o(s).

Não nos comentários que selecionamos e organizamos em rede, mas no vídeo – texto “primeiro” ao qual os comentários retomam –, essa diferença “óbvia” entre os termos “homossexualismo” e “homossexualidade”, discursivizada pelo DPC, não se sustenta. Na entrevista, como havíamos dito, em resposta a uma pergunta enviada por um espectador, Fernanda Brum, referindo-se às práticas e aos desejos de homossexuais, por duas vezes, nomeia-os de “homossexualismo”; em outras duas, porém – é a informação nova – designa-os como “homossexualidade”.

Transcrevemos os enunciados para que a leitora (e/ou leitor!) possa nos acompanhar. No primeiro, ela reproduz o que teria lido dito um ator gay, incomodado com sua homossexualidade, em cuja história se inspirou para produção do clipe: “Eu tenho uma crise muito grande dentro do homossexualismo”. No segundo, refere-se ao ator que, no clipe, interpreta o “ex-gay”: “[...]o ator que fez essa *drag* foi um cara que abandonou o homossexualismo, e hoje ele tá em Deus”. Na terceira vez, ela afirma “não concordar com a homossexualidade”, repetindo, na sequência o “jargão” de que os evangélicos não são contra os homossexuais. Por fim, explicando a temática do clipe, refere-se a uma cura emocional, “que não é só para o hétero, mas também para o cara que vive uma vida de homossexualidade”.

Por meio do olhar que lançamos, levando em conta a tese de que palavras diferentes podem significar o “mesmo”, se inscritas na mesma FD e enunciadas a partir de uma mesma posição de sujeito (PÊCHEUX, 1975), nós diríamos que, no vídeo, em certo sentido, não há deslizamento de sentido, muito menos um deslocamento. Isto é, quando Fernanda Brum diz um termo ou outro, não acreditamos que se materializem, nesse momento, discursos

diferentes. Os sentidos que Fernanda Brum (re)produz são, em certo sentido, os mesmos. Tanto quando ela diz “homossexualismo” quanto quando diz “homossexualidade”, os homossexuais com vida sexual ativa seguem pecando e o casamento continua sendo um “sacramento” sonhado por Deus para unir exclusivamente homem e mulher, como ela afirma. Não há mudança nesse sentido. Logo, Deus, a religião e os princípios cristãos são utilizados como justificativa para sustentar a sua posição pela “cura” gay.

Ocorre, então, no vídeo, um uso de “homossexualidade” que o sinonimiza ao termo “homossexualismo”, um efeito metafórico (PÊCHEUX, 1969), isto é, uma substituição contextual de um termo pelo outro, podendo ser, como o são, intercambiáveis no fio enunciativo de Fernanda Brum. Vemos, na fala da cantora, portanto, o esmaecimento da diferença reconhecida pelo PC, que separa “homossexualismo” de “homossexualidade”.

Feitas essas considerações, perguntamo-nos se os comentaristas-autores das 09 formulações teriam assistido a todo o vídeo, se eles não teriam percebido que a cantora usa as duas palavras, uma pela outra. Perceber essa substituição contextual parece que abalaria parcialmente os comentários. Não temos como ter certeza, mas notamos que muitas pessoas se encorajam a fazer seus comentários em Redes Sociais ou em alguns lugares no Espaço Virtual sem que tenham “lido” todo o texto de referência. E, não dissemos antes, mas como o próprio título do vídeo é “Fernanda Brum: homossexualismo”, uma leitura do título já poderia ter ensejado comentários ilustrativos do DPC, como os que organizamos em rede. Ademais, ainda que não saibamos a sexualidade dos sujeitos que produziram os comentários, e ainda que uma possível homossexualidade não implique necessariamente adesão ao discurso do DPC, é interessante ressaltar que todos esses diferentes sujeitos-enunciadores se filiam a uma mesma matriz de sentido, inscrevem-se numa mesma FD e ocupam uma mesma posição-sujeito que remete, como já mencionamos, a uma censura do uso da palavra homossexualismo. Eis o que os identifica.

Como dizíamos, no fio enunciativo da artista, “homossexualismo” e “homossexualidade” significam parafrasticamente, de certa forma, um valendo pelo outro. Para que isso aconteça, as diferenças de cada palavra – diferenças que dizem sobre a história dessas palavras, sobre as condições de seus usos – são esquecidas. Esquece-se, por exemplo, da luta para que o diagnóstico de “homossexualismo” fosse retirado do DSM II – onde figurava ao lado de outros, considerados “desvios sexuais”: fetichismo, travestismo, exibicionismo, voyeurismo, sadismo, masoquismo (RUSSO; VENÂNCIO, 2006) –, e de que “homossexualidade” aparece, numa dada conjuntura, como estratégia de

substituição lexical e de “apagamento” dessa relação entre os homossexuais e uma patologia na sexualidade.

4 Inquietações finais, ou “o oposto do que dissemos antes”

É acerca dessa tensão entre o que uma palavra atualiza mnemonicamente e a possibilidade de valer como uma outra, conforme a inscrição num dado discurso e, por sua vez, no interior de uma FD, que desejamos refletir um pouco, agora que nos aproximamos do encerramento deste texto.

É tomada como pressuposto, entre os analistas de discurso, uma tese, e já nos referimos a ela, segundo a qual um enunciado significa conforme a inscrição em determinada FD (PÊCHEUX, 1975). E dizemos “pressuposto” apontando para o “já-sabido”, o “óbvio” para os analistas. São corolários dessa tese pressupor que palavras diferentes podem significar “o mesmo” se inscritas na mesma região do interdiscurso (PÊCHEUX, 1975), e ainda que “a mesma” palavra pode ter diferentes sentidos se vinculada a FD’s diferentes. Sendo assim, no que diz respeito à significação de uma palavra, de um enunciado, a sua vinculação a uma ou outra FD é determinante.

A partir disso, verificaríamos, em nosso *corpus*, a confirmação dessas teses. “Homossexualismo” e “homossexualidade”, apesar de serem palavras diferentes, significam o mesmo no fio discursivo de Fernanda Brum, que enuncia de um dado lugar social, projetado como posição de sujeito na sua vinculação com uma dada FD. De outra maneira, mas também ratificando a teoria, teríamos que duas palavras iguais significam distintamente, a saber: “homossexualidade” quando enunciada por Fernanda Brum, inscrita em uma dada FD, e “homossexualidade” para o DPC.

Há uma provocação de Pêcheux (1983b), a partir de um provérbio chinês, mais tardia, e certamente menos festejada que as teses às quais nos referimos antes, em que ele convida o olhar do analista para um deslocamento. Ao invés de olhar fixamente para a lua apontada pelo dedo, por que não olhar também para o dedo que aponta a lua? Segundo entendemos, trata-se de um chamado para que se volte à materialidade, e que pode, pensamos, dialogar com o primado dos gestos de descrição sobre os de interpretação de que ele nos fala em outro texto, mas do mesmo ano (PÊCHEUX, 1983a).

Olhando para o dedo, isto é, olhando para a materialidade, para a palavra que está materializada, mesmo não apelando para a ideia de uma literalidade, deparamo-nos com o “fato” de que palavras diferentes retomam,

mnemonicamente, inscrições diferentes na história, ainda que, em um dado discurso, elas possam produzir um efeito de similaridade. Palavras diferentes, considerada a sua singularidade, apontam, se não para luas diferentes, para diferentes modos de vê-la, para diferentes fases. E isso, a diferença, é da ordem da discursividade e não da literalidade!

Essa diferença discursiva, no entanto, é esquecida pelo sujeito enunciativo para que ele, por exemplo, produza uma sinonímia, e é assim que entendemos também o funcionamento da FD sobre o sujeito, dissimulando para este a sua filiação ao interdiscurso (PÊCHEUX, 1975). Mas a diferença discursiva a que nos referimos, que diz sobre os “caminhos” pelos quais uma palavra passou, as memórias que ela carrega, isso pode ser esquecido também pelo analista, respaldado pela “obviedade” de que palavras diferentes podem significar o mesmo? Não parece ser uma solução muito simples?

Nós dissemos que, no fio do discurso de Fernanda Brum, “homossexualismo” e “homossexualidade” valem o mesmo, e mostramos como a teoria nos dá suporte para essa conclusão. Mas é prudente dizer que podem significar o mesmo? Em que medida podem? Que estatuto temos de dar a esse “mesmo”? Se, nos comentários a partir do vídeo, os posicionamentos contrários ao discurso que Fernanda Brum reproduz tomam como alvo, muitas vezes único, a escolha lexical por “homossexualidade”, e se a simples escolha desta palavra faz com que se reconheça um sujeito enunciativo, segundo ilustra a formulação 02, como “homofóbico” – até que se prove o contrário –, em que medida “homossexualismo” e “homossexualidade” valem a mesma coisa, quando inclusive motivam tomadas de posição diversas?

Embora seja verdade que há, para Fernanda Brum, uma sinonimização de “homossexualidade” e “homossexualismo” – sinonimização contra a qual o DPC se arvora –, e apesar de acreditarmos que esquecer a diferença da história de cada um desses termos seja indispensável para a produção dessa sinonímia, quando nós, analistas de discurso, paramos nesse ponto, observando o que há de comum entre as palavras, tomando um termo pelo outro, não caímos, outra vez, na cilada da série, que incorpora o “acontecimento”? Quantas vezes, em nossas análises, teremos deixado de olhar para a lua de um ângulo diferente, sugerido pelo dedo, porque insistimos em dizer que o “indicador” é igual ao “médio”, porque a lua para que apontam era a mesma?

Destacamos, no início deste texto, a observação de Rajagopalan (2000) sobre um ódio ao PC, que, para nós, é um sintoma de intolerância, talvez de preguiça de discutir o que se considera pífio. Este movimento, o PC, bem-intencionado, mas com falhas elementares no modo como concebe a

linguagem, segundo observação de Possenti (2004), o que teria a nos oferecer, senão a chance de rirmos da ingenuidade quixotesca?

Acreditamos que a nossa “má vontade” com o PC tem nos impedido de refletir sobre a nossa perspectiva teórica. Esse é um movimento interessante, porque reclama um olhar para a materialidade, já que a briga que trava é no campo das palavras. Parece-nos que um *corpus* como o que montamos exige essa visada, em certo sentido, “mais materialista”, porque ele atrai o olhar para a materialidade, para a especificidade do item lexical selecionado e nos obriga a ver que a escolha produz efeitos resultantes da palavra escolhida e da memória que ela atualiza ou pode atualizar. O PC é uma das contingências para que a gente se reencontre com a “palavra”, com o dedo que aponta. Mas preferimos rir dele, senhoras e senhores. Por quê? Talvez por preferirmos o mundo da lua...

REFERÊNCIAS

- BORGES, L. C. A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 31, p. 109-125, jul/dez. 1996.
- BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Direito Público**, Brasília, v. 15, n. 117, p. 117-136, jan/mar. 2007.
- CABRERA, M. R. D. **A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação**. 113 p. Dissertação [Mestrado em Ciência da Informação]. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- COURTINE, J.J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009. Edição original: 1981.
- LUNA, N. M. P. de A. F.; SANTOS, G. F. Liberdade de expressão e discurso de ódio no Brasil. **Revista Direito e Liberdade**. v. 16, n. 3, p. 227-255, set/dez. 2014.
- PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 2012. p. 151-161. Edição original: 1984.
- _____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2008. Edição original: 1983a
- _____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57. Edição original: 1983b.
- _____. Ler o arquivo hoje. In. ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 49-59. Edição original: 1982.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009. Edição original: 1975.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. 4. Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-249. Edição original: 1975.

_____. Análise automática do Discurso (AAD 69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 59-158. Edição original: 1969.

QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos: pesquisa e texto**. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

POSSENTI, S. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. In: _____. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar edições, 2004, p. 37-59.

RAJAGOPALAN, K. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: LOPES DA SILVA, F. L.; MOURA, H. M. M. (Org.). **O Direito à Fala: a questão do preconceito Linguístico**. Florianópolis: Ed. Insular, 2000. p. 93 - 102. Disponível em: < xa.yimg.com/kq/groups/17805790/1541035427/name/Politicamente+Correto.pdf >. Acesso em 15 fev. 2015

RUSO, J.; VENÂNCIO, A. T. A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. A. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, ano IX, n. 3. Set. 2006. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017487007> >. Acesso em 31 mar. 2015.

SEMPRINI, A. O “politicamente correto”. In: **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 61-80.

STO, J. M. Díaz. Una aproximación al concepto de discurso del odio. **Revista Derecho de Estado**, n. 34, p. 77-101, enero/junio, 2015.

YOUTOUBE. **Fernanda Brum: homossexualismo**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=pucqgDWsj6s> >.

*Recebido em novembro de 2016.
Aprovado em dezembro de 2016.*

SOBRE OS AUTORES

Thiago Alves França é doutorando em Letras (Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), docente da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), e integrante do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem (NEPLEV). Seus trabalhos tomam a Análise de Discurso pecheutiana como

referencial teórico. Atualmente, interessa-se pelo tema “Discurso(s) de ódio”.

E-mail: thiagufsa@gmail.com

Evandra Grigoletto é doutora em Letras pela UFRGS (2005), docente e pesquisadora na Universidade Federal de Pernambuco. Líder do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem (NEPLEV). Suas pesquisas têm como referencial teórico a Análise do Discurso de linha pecheutiana, tendo atuado sobretudo nos seguintes temas: discursividades do espaço virtual, memória, sujeito e identificação.

E-mail: evandragrigoletto@gmail.com